

## Apresentação

Abrimos este número 56 da revista Cadernos de Educação com o artigo *Design as a Social Practice: the Experience of New Build Schools*, escrito por Harry Daniels, Hau Ming Tse, Andrew Stables e Sarah Cox. Baseado em pesquisas realizadas em cinco escolas secundárias do Reino Unido, o artigo discute as influências do *design* arquitetônico nas percepções e ações de estudantes e professores, com efeitos diretos na qualidade do ensino que ocorre nessas instituições. Os autores do artigo defendem que seus achados “contribuem para o desenvolvimento de um entendimento mais holístico sobre as formas como o *design* pode contribuir para o processo de transformação pedagógica”. Trata-se de uma discussão pertinente em um país como o Brasil, onde a maioria de nossos prédios escolares (em todos os níveis de ensino) são de extrema precariedade, não sendo fruto de um planejamento adequado às necessidades de cada escola e de cada região do país.

Os três artigos seguintes tratam da dimensão política da educação. O primeiro, *Ainda como as paralelas: planos educacionais e o planejamento nas escolas*, de Rita de Cássia Oliveira e Beatriz de Basto Teixeira, originado em uma pesquisa de doutorado, analisa o planejamento das políticas e dos programas educacionais nos níveis federal, municipal e escolar, especificamente “do Plano de Ações Articuladas (PAR), do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), do Plano de Desenvolvimento da Escola (PDE Escola), do programa Mais Educação e do Projeto Político-Pedagógico (PPP) das escolas”, destacando o obstáculo que produzem à integração desses diferentes níveis e, conseqüentemente, à melhoria do ensino público. As autoras defendem que existe a “necessidade de integrar os níveis de planejamento para o fortalecimento da gestão nas escolas, na rede e no sistema de ensino”, o que pode ser alcançado pela “formação para apropriação dos recursos de tecnologia, a formação continuada de professores e gestores em políticas educacionais”.

O segundo artigo deste bloco, *Práticas discursivas sobre avaliação da aprendizagem nas políticas curriculares para a EJA e nos CEJAs de João Pessoa/PB*, de Rafael Ferreira de Souza Honorato e Maria Zuleide da Costa Pereira, problematiza os sentidos da avaliação nas políticas curriculares para a Educação de Jovens e Adultos. Valendo-se de uma perspectiva pós-estruturalista, baseada em Laclau e Mouffe, os autores constataam “que as agendas presentes na trajetória das políticas curriculares nas esferas macro, meso e micro interferem diretamente na construção de sentidos e vínculos entre o currículo e a avaliação para atender os interesses dos discursos hegemônicos em cada um desses contextos”.

Por fim, o terceiro artigo, *Escolarização: do direito ao acesso, ao direito à aprendizagem na escola*, escrito por Idorlene da Silva Hoepers e Valdirene Stiegler Simão, a partir de estudos de Sacristán, discute o processo de escolarização em relação “com questões atreladas à organização e estruturação do currículo, ao planejamento e a estratégias de ensino e de aprendizagem”, concluindo que é insuficiente somente garantir condições de acesso aos estudantes, sendo fundamental “promover ambientes educacionais que conduzam os alunos ao sucesso por meio da escolarização”.

O artigo seguinte, também relacionado com questões de política educacional, mas agora focado nas relações com a formação cultural e a indústria cultural, discute *A produção de televisão educativa digital: O Salto Para o Futuro à luz da Teoria Crítica*. Escrito por David Silva Bet e Antônio Álvaro Soares Zuin, o artigo desenvolve uma interessante crítica a esse programa da televisão educativa. Valendo-se da ideia de *Formação Cultural Integral*, no sentido estrito do conceito de *Bildung*, tal como pensado por Adorno, os autores analisam um episódio do programa, destacando a prevalência da forma de telejornal sobre o conteúdo da mensagem. Dessa forma, defendem que “a produção do programa parece envolver os mesmos elementos geradores dos produtos da Indústria Cultural”, e consideram que “somente por meio de uma mudança radical da sua dinâmica, poderemos usar a televisão para fins educacionais”.

Ainda tendo como foco educação e tecnologia, o artigo *Narrativas digitais na educação e na formação de professores: uma revisão sistemática de literatura*, escrito por Alessandra Rodrigues e Maria Elizabeth Bianconcini de Almeida, constata a escassa produção nacional sobre o uso educacional das narrativas digitais, bem como a insuficiência das análises sobre tal temática em âmbito internacional. As autoras fazem uma revisão de literatura em quatro bases de dados internacionais para esboçar o panorama das pesquisas sobre a utilização de narrativas digitais na formação de professores e na educação, entre os anos de 2010 a 2014. Nessa revisão, destacam também os autores-referência e as distintas abordagens da temática.

Os dois últimos artigos deste número discutem temas relacionados diretamente a ações pedagógicas. O primeiro, *A pesquisa escolar a partir da sala de aula: conceitos, atitudes e procedimentos*, Cintia Kath Blank e João Alberto da Silva, demonstra que as pesquisas desenvolvidas pelos estudantes, orientadas por suas professoras, têm “como foco as temáticas ligadas ao cotidiano”. Todavia, não se constituem em pesquisas propriamente ditas, sendo mais bem caracterizadas como buscas, sem rigor conceitual e sem lançar mão de procedimentos metodológicos científicos, espelhando assim a cultura escolar reprodutivista. Os autores concluem que, “embora as intenções das docentes sejam condizentes com uma visão construtivista, na prática, esse fato não se concretiza em suas ações pedagógicas”.

O segundo e último artigo, *Violência homofóbica na escola! O que revelam os discursos de professoras/es em formação continuada*, de Ana Paula dos Santos Silva, Maria Eulina Pessoa de Carvalho, Fernando César Bezerra de Andrade e Alfrancio Ferreira Dias, discute, a partir da análise de discursos de 30 professores e professoras de escolas públicas, participantes do Curso de Especialização EaD em Gênero e Diversidade na Escola, do polo de João Pessoa (PB), as diferentes propostas de intervenção – e de compreensão – sobre homofobia por parte desse coletivo. O grupo se divide entre aqueles docentes que defendem a necessidade de um trabalho de conscientização das pessoas por meio de atividades pedagógicas que garantam as “diferenças e respeito entre alunos/as e demais integrantes da comunidade escolar”, e aqueles que acreditam na necessidade de encaminhamentos burocráticos e legalistas como forma de combate a homofobia. Os autores defendem “a necessidade de ações conjuntas para o seu enfrentamento, embora as respostas ainda demonstrem equívocos teórico-conceituais que podem limitar a qualidade das intervenções pedagógicas”.

Desejamos a todas as pessoas uma boa leitura.

Jarbas Vieira, Sígria Camargo, Magda Damiani e Amélia Brum